

XXIII Conferência Internacional de Lisboa

Sessão temática

Prioridades para a Acção Externa de Portugal

Relações Bilaterais

Um olhar sobre as relações económicas entre Portugal e Macau desde 1999 e perspectivas futuras

Teresa Moreira . Antiga directora-geral das Relações Económicas Internacionais do Ministério da Economia

Decorridos quatro séculos da presença de Portugal no Sul da China, mantém Portugal um lugar no relacionamento económico com Macau ou encontrou Portugal um papel a desempenhar?

Mesmo antes da entrega de Macau, em 1999, a sua capacidade de atracção como uma plataforma para a República Popular da China, susceptível de se estender até à região da Ásia-Pacífico, era óbvia: havia empresas portuguesas estabelecidas no território, importavam-se mercadorias de Portugal, Macau fornecia têxteis e vestuário, calçado e brinquedos aos EUA e à UE, o jogo assumia grande relevo.

Com a definição do quadro jurídico do relacionamento entre a União e Macau, em 1993, e a entrada em vigor do Acordo de Comércio e de Cooperação, ao qual se juntou, em 98, a elegibilidade para o programa Asia Invest, co-financiador de projectos de parceria entre empresas europeias e asiáticas, reuniram-se as condições necessárias ao reforço das relações comerciais, à realização de investimentos, ao lançamento de iniciativas de cooperação económica de interesse mútuo.

E, no entanto, pouco se conseguiu até à recente criação do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial, curiosamente de iniciativa da China, e tendo como alvo os Países de Língua Portuguesa.

Como explicar este resultado perante um mercado com um enorme potencial económico, a China, um dos principais parceiros comerciais mundiais, empenhado na liberalização económica e na abertura ao exterior ao longo das negociações com a Organização Mundial do Comércio, que culminariam com a sua adesão em Novembro de 2001?

A distância, a falta de dimensão das empresas portuguesas, alguns projectos de investimento na China menos bem sucedidos nos anos 90, o desconhecimento daquele mercado e as consequentes dificuldades de acesso a potenciais parceiros, conjugados com a preferência por países mais próximos, geográfica e culturalmente, foram esbatendo o interesse das empresas portuguesas pelo Sul da China, afastando-as daquela parte do globo.

Curiosamente, desde 1995, o Governo português dedicou uma atenção muito especial a Macau, desenvolvendo contactos próximos e frequentes com as autoridades chinesas.

Mas a plena integração de Portugal no Mercado Interno e o peso consolidado dos parceiros europeus privilegiados – a Espanha, a Alemanha e a França, por um lado, a par da natural inclinação por países com maiores afinidades – o Brasil, mas também futuros membros da União e alguns países da orla sul do Mediterrâneo (Marrocos, Tunísia), atrairiam mais a atenção das autoridades e das empresas portuguesas.

Consumada a entrega de Macau à China, são insignificantes o comércio bilateral e os investimentos entre Portugal e aquele território, ainda que o elevado crescimento daquela

economia nos últimos anos, registando taxas entre 7%, mesmo no contexto da epidemia SARS, e 14% em 2003, constitua um incentivo determinante.

E torna-se difícil afastar a ideia de que, face a Macau, Portugal perdeu, de alguma forma, a oportunidade de se afirmar como um parceiro comercial sólido no Sul da China, numa das zonas do mundo com maiores taxas de crescimento económico, caracterizada por diversas pequenas economias dinâmicas e abertas ao exterior, cuja pujança contrasta de forma notória com a estagnação económica da Europa.

Acresce, de há 5 anos a esta parte, o efeito negativo da dependência enraizada do comércio externo português de três únicos parceiros da União – correspondendo a quase 80% do total dos nossos fluxos comerciais com o exterior –, dois dos quais em situação de recessão económica nos últimos anos, cuja inversão se afigura lenta e difícil, a atestar pelas mais recentes previsões económicas.

As oportunidades apareceram antes no Brasil, na Polónia, na Hungria e na República Checa, em Marrocos e na Tunísia, sendo inegável que, na maior parte dos casos, sobretudo no tocante aos investimentos de Portugal no exterior, as apostas confirmaram-se como sólidas e permitiram a expansão de empresas portuguesas nos serviços e na indústria.

Mas poder-se-ia ter dedicado, ao mesmo tempo, mais atenção a Macau, à China e a toda a região da Ásia-Pacífico, mais interessante ainda à luz da independência de Timor-Leste e do notável esforço de cooperação desenvolvido por Portugal naquele novo país.

Ter-se-ia conseguido diversificar o nosso comércio externo, encontrando novos parceiros, ter-se-ia podido transferir parte do circuito de produção das indústrias tradicionais para o Sul da China, reduzindo custos e apostar, de forma crescente, no aumento da cadeia de valor em Portugal.

Todavia, no período pós-99, mantiveram-se os contactos bilaterais no plano económico e noutras áreas, curiosamente centrados na China. E Macau, desde então, empenhou-se em assumir um papel relevante como ponto de contacto com os Países Lusófonos, aproveitando a iniciativa da República Popular da China de criação do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, lançado no final de 2003.

O Plano de Acção concluído neste quadro, integra uma vertente empresarial, para além da intergovernamental, e abrange muitas actividades económicas – do comércio e investimento à agricultura, pescas e os recursos naturais, prevendo ainda a cooperação nas áreas da engenharia e construção de infra-estruturas e no domínio dos recursos humanos.

A associação da CPLP a este Fórum potencia o papel de Macau como plataforma para o desenvolvimento da cooperação triangular da República Popular da China com os Países Lusófonos, cabendo unicamente a Portugal, neste contexto, valorizar as suas relações com o Brasil, os PALOP e Timor-Leste e estabelecer com Macau uma ligação sólida, recuperando o tempo perdido.

Macau, cujo potencial no quadro da cooperação regional com vizinhos como o Japão, Singapura, Hong Kong e o Taipé Chinês, está longe de ter sido totalmente explorado, e oferece hoje novas oportunidades de acesso privilegiado a economias dinâmicas, muito viradas para o exterior.

Esta oportunidade exigirá de Portugal a clara assunção desta prioridade, de forma continuada, no âmbito do nosso relacionamento económico externo e uma contribuição activa no âmbito do Fórum de Cooperação Económica e Comercial, integrando as associações empresariais e incentivando as empresas portuguesas a aproveitarem o espaço lusófono para desenvolverem negócios com a China.